



BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

Avenida Jornalista Roberto Marinho nº 85 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 03.215.790/0001-10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, do Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Operacionalização: O Banco tem como um de seus principais compromissos apoiar as iniciativas da montadora da marca, oferecendo mecanismos de crédito à Rede de Distribuidores Toyota, que possibilitem a formação de seus estoques, além de fomentar, através do crédito direto ao consumidor e operações de arrendamento mercantil, a comercialização desses veículos. **Desempenho:** O Banco encerrou o exercício de 2021 com uma carteira de crédito no montante de R\$ 6.977.946 mil. O Banco, atento às demandas do mercado e de seus clientes, investiu em novos produtos e tecnologias, ampliando não só o seu portfólio, mas também a agilidade no atendimento aos clientes para a conclusão das operações de crédito. Visando auxiliar os clientes a enfrentarem os efeitos da pandemia do Covid-19, o Banco manteve a agilidade no atendimento aos clientes para renegociação e postergação de parcelas das operações de crédito, disponibilizando canais digitais para atendimento dos clientes. **Letras Financeiras verdes:** O Banco emitiu ao mercado Letras Financeiras "verdes", sendo pioneiro neste tipo de operação entre bancos de montadora no mercado brasileiro. Foram captados R\$ 700 milhões, destinados exclusivamente para o financiamento de veículos híbridos das marcas Toyota e Lexus. Através de uma parceria com a Fundação

Toyota do Brasil, parte da rentabilidade desses contratos será destinada ao projeto Águas da Mantiqueira, apoiado pela própria Fundação. O projeto tem como objetivo preservar e restaurar espécies nativas de Mata Atlântica em regiões de importantes nascentes e bacias, que são essenciais para garantir a proteção da biodiversidade da área. A iniciativa reforça a estratégia global da Toyota para a redução da emissão de carbono e está relacionada ao "Desafio Ambiental Toyota 2050", que visa mitigar os impactos ambientais da fabricação e do uso de veículos até 2050. Com isso, temos uma operação financeira que contribui e reforça as ações de sustentabilidade da montadora no País, unindo benefícios para o meio ambiente e para nossos clientes. Com a operação, o Banco Toyota espera financiar cerca de 8.500 veículos em até dois anos. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 1.242.650 mil (R\$ 1.116.745 mil em 31/12/2020) e o Lucro Líquido no exercício foi de R\$ 244.607 mil (R\$ 190.185 mil em 2020), com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 20,3% (18,5% no exercício findo em 31/12/2020). O lucro líquido inclui receita/despesa de ajuste ao valor de mercado das operações de swap e empréstimos, cujo efeito no resultado é temporário, uma vez que essas operações serão mantidas até seus respectivos vencimentos. O Banco utiliza as operações de swap somente para proteção da flutuação da taxa de juros (operações CDI x Prê) e/ou proteção contra risco de variação de moeda estrangeira (Dólar/Euro x CDI), operações essas classificadas como hedge de risco de mercado (Nota 4). O efeito do ajuste ao valor de mercado refere-se substancialmente às operações CDI x Prê. Caso esses efeitos fossem excluídos do resultado, o lucro líquido do Banco seria de R\$ 131.781 mil

(R\$ 170.776 mil em 2020). **Rating do Banco:** Em 11 de março de 2021 a S&P Global Ratings divulgou a revisão do rating de emissor para "brAAA" atribuído na Escala Nacional Brasil. **Índice de Basiléia:** O Índice de Adequação de Capital atingiu ao final do exercício 19,25% (18,5% em 31/12/2020). **Governança Corporativa:** O Banco possui uma estrutura interna de compliance e auditoria interna que alinhado às melhores práticas de governança corporativa, norteia um ambiente operacional baseado em um conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares bem como as políticas internas do Banco. O BTB permanece atento à gestão da crise provocada pela pandemia do Covid-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas voltadas a: (i) segurança e bem-estar dos funcionários; (ii) continuidade dos negócios; (iii) administração dos riscos; (iv) liquidez; (v) concessão e renegociação de operações de crédito; (vi) tecnologia para atendimento das demandas dos negócios e (vii) atendimento aos requerimentos do BACEN. **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Banco tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas, aos clientes e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços. São Paulo, 15 de fevereiro de 2022

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	Referência	31/12/2021	31/12/2020		Referência	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		4.692.988	4.704.822	CIRCULANTE		3.012.509	4.515.374
Disponibilidades	Nota 2.II.b	66	78	Depósitos	Nota 9a	631.513	389.259
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 3	1.062.897	1.296.526	Depósitos interfinanceiros		495.735	265.008
Aplicações no mercado aberto		1.062.897	1.296.526	Depósitos a prazo		135.778	124.251
Instrumentos financeiros		166.819	339.791	Captação no mercado		-	25.100
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	166.819	339.791	Carteira de terceiros		-	25.100
Operações de crédito		3.420.488	3.029.502	Letras de crédito imobiliário e financeiras	Nota 9d	1.235.536	2.409.600
Operações de crédito - setor privado	Nota 5a	3.482.570	3.081.747	Letra de crédito imobiliário		-	4.876
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(62.082)	(52.245)	Letras financeiras		1.235.536	2.404.724
Operações de arrendamento mercantil	Nota 5b	7.663	12.701	Obrigações por empréstimos	Nota 9c	995.217	1.452.663
Valor presente das operações de arrendamento mercantil		7.825	12.858	Empréstimos no exterior		995.217	1.452.663
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(162)	(157)	Instrumentos financeiros		20.028	86.961
Outros créditos		692	387	Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	20.028	86.961
Diversos	Nota 6	692	387	Outras obrigações		130.215	151.791
Títulos a receber com característica de concessão de crédito	Nota 5a	-	14	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.656	19
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	-	(14)	Sociais e estatutárias		7.172	6.042
Outros valores e bens		34.363	25.837	Obrigações fiscais correntes	Nota 10a	58.724	103.227
Outros valores e bens		31.529	24.645	Diversas	Nota 10c	56.663	42.503
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(1.548)	(2.975)	NÃO CIRCULANTE		4.557.098	2.676.368
Despesas antecipadas		4.382	4.167	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.540.494	2.637.771
NÃO CIRCULANTE		4.119.269	3.603.665	Depósitos	Nota 9a	263.012	278.775
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.088.654	3.581.609	Depósitos interfinanceiros		50.047	-
Instrumentos financeiros		179.294	147.679	Depósitos a prazo		212.965	278.775
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	179.294	147.679	Letras de crédito imobiliário e financeiras	Nota 9d	1.688.798	886.265
Operações de crédito		3.405.711	2.954.794	Letras financeiras		1.688.798	886.265
Operações de crédito - setor privado	Nota 5a	3.472.390	3.008.603	Obrigações por empréstimos	Nota 9c	1.892.320	898.073
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(66.679)	(53.809)	Empréstimos no exterior		1.892.320	898.073
Operações de arrendamento mercantil	Nota 5b	15.017	11.094	Instrumentos financeiros		49.490	45.458
Valor presente das operações de arrendamento mercantil		15.161	11.242	Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	49.490	45.458
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(144)	(148)	Outras obrigações		646.874	529.200
Outros créditos		475.328	457.154	Obrigações fiscais diferidas	Nota 7.II	73.524	-
Ativos fiscais correntes		904	886	Provisão para contingências	Nota 10b	571.670	527.934
Ativos fiscais diferidos	Nota 7	259.082	246.643	Diversas	Nota 10c	1.680	1.266
Diversos	Nota 6	215.342	209.625	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		16.604	38.597
Outros valores e bens		13.304	10.888	Resultado de exercícios futuros	Nota 2m	16.604	38.597
Despesas antecipadas		13.304	10.888	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 12	1.242.650	1.116.745
PERMANENTE		30.615	22.056	Capital Social		555.751	506.792
Investimentos		13.442	132	De domiciliados no exterior		555.751	506.792
Participações em controladas no país	Nota 8	13.310	-	Reservas de lucros		686.899	609.953
Outros investimentos		132	132				
Imobilizado de uso		9.916	13.631				
Outras imobilizações de uso		29.344	33.064				
Depreciações acumuladas		(19.428)	(19.433)				
Intangível		7.257	8.293				
Ativos intangíveis		18.996	17.897				
Amortizações acumuladas		(11.739)	(9.604)				
TOTAL DO ATIVO		8.812.257	8.308.487				
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.812.257	8.308.487

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Referência	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020		Referência	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		770.814	1.165.036	1.926.270	Comissões pagas às concessionárias Toyota		(97.691)	(164.643)	(106.663)
Operações de crédito		484.385	912.770	928.516	Resultado de equivalência patrimonial	Nota 8b	(1.690)	(1.690)	-
Operações de arrendamento mercantil		6.616	14.111	19.983	Despesas tributárias		(23.854)	(43.705)	(40.565)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		36.566	48.382	26.988	Outras receitas operacionais	Nota 13b	40.785	71.060	63.959
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Nota 4	243.247	189.773	950.783	Outras despesas operacionais	Nota 13c	(15.296)	(28.711)	(31.022)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(385.814)	(392.048)	(1.286.229)	RESULTADO OPERACIONAL		194.157	420.898	354.774
Operações de captação no mercado		(130.769)	(197.607)	(125.847)	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	Nota 13d	(2.025)	(4.310)	(11.896)
Operações de empréstimos		(216.733)	(126.581)	(1.116.727)	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		192.132	416.588	342.878
Operações de arrendamento mercantil		(4.914)	(10.346)	(15.172)	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 7b	(66.017)	(162.780)	(144.499)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5f	(31.831)	(54.408)	(28.483)	Provisão para imposto de renda corrente		(14.881)	(52.941)	(84.866)
Perda na retomada de bens		(1.567)	(3.106)	-	Provisão para contribuição social corrente		(17.891)	(48.754)	(67.991)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		385.000	772.988	640.041	Ativo/Passivo fiscal diferido		(33.245)	(61.085)	8.358
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(190.843)	(352.090)	(285.267)	PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS NO LUCRO		(1.816)	(9.201)	(8.194)
Receitas de tarifas bancárias		27.323	49.253	42.372	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		124.299	244.607	190.185
Despesas de pessoal		(32.664)	(65.362)	(62.859)	LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	Nota 12	0,41	0,81	0,66
Outras despesas administrativas	Nota 13a	(87.756)	(168.292)	(150.489)					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	124.299	244.607	190.185
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	124.299	244.607	190.185
Atribuível ao acionista do Banco	124.299	244.607	190.185
Atribuível a participação de não controladores	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020		01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				(Redução) Aumento em letras de crédito imobiliário e financeiras	(106.064)	(371.531)	832.413
LUCRO LÍQUIDO	124.299	244.607	190.185	(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	1.141.691	620.368	(542.463)
Ajustes ao lucro líquido:				(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(206.011)	196.981	(294.621)
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.831	54.408	28.483	Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.653)	(147.045)	(144.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.245	61.085	(8.358)	Caixa líquido proveniente/aplicado nas atividades operacionais	171.767	(84.946)	564.996
Resultado de equivalência patrimonial	1.690	1.690	-	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Depreciações e amortizações	7.336	15.247	16.902	Alienação de outros valores e bens	19.659	31.016	42.093
Insuficiência de depreciação	(482)	(438)	978	Alienação de imobilizado de uso	1.268	1.641	1.432
Provisão para contingências	25.336	43.736	50.740	Alienação de imobilizado de arrendamento	3.315	9.162	18.830
Resultado de marcação a mercado (MTM)	(100.229)	(202.093)	(32.612)	Aumento de perdas em arrendamento	(1.150)	(2.095)	(2.192)
Reversão de provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(664)	(1.427)	(1.096)	Aumento do ativo intangível	-	(1.099)	(8.121)
Lucro líquido ajustado	122.362	216.815	245.222	Aquisição de outros valores e bens	(24.406)	(37.899)	(36.214)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS:				Aquisição de investimentos	(15.000)	(15.000)	-
Redução (Aumento) em operações de crédito	(703.570)	(896.324)	1.193.233	Aquisição de imobilizado de uso	(676)	(1.417)	(8.657)
Redução (Aumento) em operações de arrendamento mercantil	79	(54)	315	Aquisição de imobilizado de arrendamento	(7.153)	(14.302)	(10.300)
Aumento em outros créditos	(3.658)	(6.027)	(20.448)	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(64.500)	(118.702)	-
Aumento em despesas antecipadas	(1.462)	(2.631)	(9.278)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(88.643)	(148.695)	(3.129)
Aumento em outras obrigações	27.878	125.104	148.477	AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	83.124	(233.641)	561.867
Redução em resultados de exercícios futuros	(6.992)	(21.993)	(62.859)	MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDAS:			
(Redução) Aumento em depósitos	(60.234)	226.491	(805.884)	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	979.839	1.296.604	734.737
(Redução) Aumento em captação no mercado	(3.599)	(25.100)	25.100	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.062.963	1.062.963	1.296.604
				Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	83.124	(233.641)	561.867

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

CONTINUAÇÃO

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco) é uma companhia de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, está localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O Banco opera como banco múltiplo com carteiras de investimento e financiamento. O objetivo do Banco é a realização de operações de financiamento, principalmente de veículos da marca Toyota. O Banco é controlado pela Toyota Financial Services International Corporation (TFSIC), uma empresa financeira situada nos Estados Unidos que detém 100%, exceto uma, de suas ações ordinárias e que é controlada pela Toyota Financial Services Corporation (TFSC), uma empresa financeira situada no Japão que detém 100% das ações ordinárias da TFSIC. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradas no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A.. Os benefícios dos serviços prestados entre estas instituições, e os custos da estrutura operacional e administrativa, são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: I. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Informamos que alguns números incluídos nas demonstrações financeiras foram submetidos a ajustes de arredondamento, sem implicar em distorção das informações prestadas. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas no Balanço Patrimonial pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. II. **Principais políticas contábeis:** a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para aquelas de natureza financeira. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria MF nº 140/84, que considera: (i) as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período, (ii) o ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil e (iii) os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	66	78
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.062.897	1.296.526
Total	1.062.963	1.296.604

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, obedecendo ao seguinte critério: • O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata temporis* até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue: • Instrumentos financeiros derivativos - em conta de receita ou despesa, no resultado do período; • Instrumentos financeiros classificados como "*hedge*" - são classificados como "*hedge*" de risco de mercado em conta de receita e despesa. Os "*hedges*" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*". Os instrumentos e os itens objeto de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado na data do balanço e registrados em conta de resultado. O valor de mercado dos derivativos foi estimado com base na metodologia do fluxo de caixa, na qual os fluxos de caixa projetados são descontados por uma taxa de desconto obtida junto à B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O Banco utiliza as taxas referenciais da curva Di x Prê e Cupom Cambial fornecidas pela B3 para a data de "*Inception*" e data base de apuração. As taxas são interpoladas pelos métodos de interpolação exponencial e linear, comensuradas com o prazo remanescente da operação de "*SWAP*". e) **Operações de crédito, arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito, de arrendamento mercantil e títulos e créditos a receber são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e pela Resolução CMN nº 4.803/20. As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento de renegociação. Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.803/20, operações renegociadas entre março e dezembro de 2020 e que apresentavam atraso de até 14 dias na data base fevereiro de 2020, podem ser mantidas no rating de fevereiro de 2020 e não no rating do momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 5. **Bens de Arrendamento:** Os bens de arrendamento compõem o valor presente das operações de arrendamento mercantil, sendo demonstrado ao custo, reduzido das depreciações acumuladas, calculada conforme a vida útil normal dos bens arrendados. Também contempla as perdas em arrendamento apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil que são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. **Superveniência/Insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil em receita ou despesa de arrendamento mercantil em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, a qual está apresentada em operações de arrendamento mercantil. f) **Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo os rendimentos calculados em base *pro rata temporis*, as variações cambiais auferidas e, quando aplicáveis, as eventuais perdas sobre o valor recuperável destes ativos. g) **Provisão para perdas no valor recuperável de ativos (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão adicional, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões sobre os bens registrados como bens não de uso próprio foram reconhecidas no resultado do período, classificadas em resultado não operacional (Nota 13d). h) **Permanente:** É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. • Depreciação de bens do imobilizado de uso do Banco pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: veículos e sistemas de processamento de dados, 20% a.a.; e instalações, mobiliários e demais equipamentos, 10% a.a. Inclui as benfeitorias em imóveis de terceiros com vida útil definida e amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício

O portfólio de derivativos é representado por:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor nominal dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Valor nominal dos contratos	Custo atualizado
Ativo						
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado).....	1.752.858	246.457	202.369	(44.088)	1.859.985	469.493
CDI x Prê	2.950.000	(23.285)	143.744	167.029	-	-
Total do ativo	4.702.858	223.172	346.113	122.941	1.859.985	469.493
Passivo						
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado).....	937.625	(21.237)	(44.274)	(23.037)	-	-
CDI x Prê	755.000	(22.112)	(25.244)	(3.132)	2.915.000	(92.689)
Total do passivo	1.692.625	(43.349)	(69.518)	(26.169)	2.915.000	(92.689)
Total Geral	6.395.483	179.823	276.595	96.772	4.774.985	376.804

Instrumentos financeiros derivativos por prazo de vencimento:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses.....	-	(12.578)	(12.578)	153.460	(33.705)	119.755
De 03 a 12 meses	166.819	(7.450)	159.369	186.331	(53.256)	133.075
De 01 a 03 anos	179.294	(48.645)	130.649	147.679	(45.458)	102.221
De 03 a 04 anos	-	(845)	(845)	-	-	-
Total	346.113	(69.518)	276.595	487.470	(132.419)	355.051

Segue abaixo as operações de *swap*, designadas como instrumento de *hedge* contábil mantidas pelo Banco:

Data da operação	Moeda	Valor Principal - USD/EUR mil		Vencimento	Ajuste a mercado positivo/(negativo) - BRL mil	
		31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
24/01/2017.....	USD	-	20.000	26/01/2021	-	(92)
22/08/2018.....	USD	30.000	50.000	22/02/2021	-	251
28/08/2018.....	USD	-	20.000	31/08/2021	-	2.097
29/04/2019.....	EUR	-	20.000	03/05/2021	-	52
29/04/2019.....	EUR	-	30.000	05/11/2021	-	684
22/05/2019.....	USD	30.000	30.000	23/05/2022	(1.289)	4.276
14/11/2019.....	USD	-	40.000	14/05/2021	-	423
05/12/2019.....	USD	20.000	20.000	05/12/2023	315	4.748
30/01/2020.....	USD	-	50.000	29/01/2021	-	(484)
13/02/2020.....	USD	60.000	60.000	13/05/2022	(3.839)	4.726
16/03/2020.....	USD	60.000	60.000	16/09/2022	(6.393)	992
09/06/2020.....	EUR	-	30.000	03/05/2021	-	304
24/02/2021.....	USD	30.000	-	25/11/2022	(4.351)	-
26/02/2021.....	USD	30.000	-	24/02/2023	(4.005)	-
30/03/2021.....	USD	20.000	-	28/03/2024	(3.950)	-
30/03/2021.....	USD	30.000	-	29/09/2023	(5.292)	-
30/03/2021.....	USD	30.000	-	30/03/2023	(4.654)	-
12/07/2021.....	USD	120.000	-	30/03/2023	(24.768)	-
29/09/2021.....	USD	40.000	-	30/03/2023	(4.109)	-
30/11/2021.....	USD	36.000	-	30/03/2023	(3.472)	-
27/12/2021.....	USD	20.000	-	30/03/2023	(1.318)	-
Total					(67.125)	17.977

Não há parcela inefetiva relacionada às operações de *hedge* contábil. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* contábil está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02, onde a designação do instrumento financeiro derivativo tem o objetivo de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa das obrigações por empréstimos no exterior (Nota 9c).

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO: a) Composição da carteira: A composição da carteira de operações de crédito de R\$ 6.954.960 (R\$ 6.090.350 em 31/12/2020), arrendamento mercantil de R\$ 22.986 (R\$ 24.100 em 31/12/2020), e, em 31/12/2020, títulos de crédito a receber (TCR) de R\$ 14 e correspondente provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, distribuída por nível de risco, é composta como segue:

Nível de risco	Operações em atraso					
	provisão mínima	Curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Total das operações em atraso	Provisão constituída
AA.....	0,00%	716.753	-	-	-	716.753
A.....	0,50%	3.562.142	-	-	-	3.562.142
B.....	1,00%	1.248.066	52.684	3.024	55.708	1.303.774
C.....	3,00%	1.051.962	65.451	3.807	69.258	1.121.220
D.....	10,00%	184.888	22.703	1.745	24.448	209.336
E.....	30,00%	7.968	10.679	1.363	12.042	20.010
F.....	50,00%	969	6.522	1.060	7.582	8.551
G.....	70,00%	1.688	6.315	1.300	7.615	9.303
H.....	100,00%	984	19.159	6.714	25.873	26.857
Total		6.775.420	183.513	19.013	202.526	6.977.946

(*) inclui parcelas vencidas a partir de 15 dias.

econômico. • Ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares (20% a.a.) e desenvolvimento interno de software (10% a.a.), registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. i) **Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata temporis*. As captações no mercado aberto são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. j) **Demais passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. k) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes e Carta Circular BACEN nº 3.429/10, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. l) **Obrigações fiscais - imposto de renda e contribuição social:** As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Para instituições financeiras, a alíquota de CSLL foi elevada de 20% para 25% para o período base compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei Ordinária nº 14.183/21. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. m) **Resultado de exercícios futuros:** Valores recebidos em campanhas de venda onde parte da taxa do contrato é paga pela Concessionária e/ou Distribuidora Toyota e são reconhecidos no resultado de acordo com o prazo do contrato. n) **Uso de estimativas contábeis e julgamentos críticos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, superveniência, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. o) **Patrimônio Líquido:** • Capital social: O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. • Reserva de lucros: A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas: • Reserva legal - Objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos. • Outras - refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. • Lucro por ação: O Banco apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 12). p) **Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações do Banco e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, afim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os itens não recorrentes referem-se a despesas de doações e despesas com material para *home office*, em decorrência da pandemia Covid-19.

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado recorrente.....	245.333	190.602
Resultado não recorrente.....	(726)	(417)
Lucro Líquido.....	244.607	190.185

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ: As aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento em 03 de janeiro de 2022 e percentual de remuneração de 9,05% a 9,15%, eram as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto:		
Posição Bancada:		
Tesouro prefixado - LTN	22.900	831.424
Tesouro selic - LFT	-	440.002
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.039.997	-
Posição Financiada:		
Tesouro prefixado - LTN	-	25.100
Total	1.062.897	1.296.526

4. DERIVATIVOS: O Banco tem por política operar somente com carteira *banking*, formada por operações não classificadas na carteira de negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento. O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições globais. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira do Banco através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração. A estratégia de *hedge* do Banco é proteger os fluxos de caixa futuros da variação cambial dos empréstimos no exterior (Nota 9c), referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início da operação. Também são documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado. As operações de *hedge* mantidas pelo Banco em 30 de junho de 2021 são classificadas como *hedge* de risco de mercado. Atualmente a carteira de operações *offshore* está exposta a moeda estrangeira (USD e EUR) e estas foram convertidas/*swapped* em uma dívida a taxa variável local (DI), eliminando assim 100% do risco da variação cambial e ficando exposto a oscilações do mercado local de juros. Essas operações de *Swap* moeda x CDI (Ativo x Passivo) estão registradas e custodiadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Além dessas operações de *hedge*, o Banco possui operações de *Swap* DI x Prê (Ativo x Passivo) a fim de manter um percentual mínimo de *hedge* sobre a carteira de ativos de CDC e Leasing. Esse percentual mínimo é estabelecido pela Matriz TFSIC - Toyota Financial Services International Corporation. Essas operações de *Swap* estão registradas e custodiadas na B3 sem garantia de ambas as partes, ou seja, sem necessidade de depósito de margem. Todos os instrumentos derivativos - *Swap* são valorizados a valor de mercado utilizando as informações divulgadas no site da B3 para prazos e características similares das operações contratadas.

Nível de risco	provisão mínima	Curso normal	Operações em atraso			
			Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Total das operações em atraso	Provisão constituída
AA.....	0,00%	217.421	-	-	-	217.421
A.....	0,50%	3.875.448	-	-	-	3.875.448
B.....						

CONTINUAÇÃO

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

CURSO ANORMAL - Parcelas a vencer e vencidas:				
De 15 a 90 dias	153.690	2,20%	113.969	1,86%
De 91 a 180 dias	25.196	0,36%	13.742	0,22%
De 181 a 360 dias	23.640	0,34%	18.223	0,30%
Total	202.526	2,90%	145.934	2,38%
Total carteira	6.977.946	100,00%	6.114.464	100,00%

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo no início do período	106.373	109.584
Provisão no período	54.408	28.483
Créditos baixados para prejuízo	(31.714)	(31.694)
Saldo no fim do período	129.067	106.373

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de créditos recuperados foi de R\$ 7.932 e R\$ 12.814 (R\$ 6.547 e R\$ 10.084 em 2020), respectivamente.

O montante de operações renegociadas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 219.202 e R\$ 520.613 (R\$ 573.297 e R\$ 1.359.178 em 2020), respectivamente.

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais (*)	215.342	209.625
Valores a receber de empresas ligadas (Nota 11)	309	-
Outros	383	387
Total	216.034	210.012
Circulante	692	387
Realizável a longo prazo	215.342	209.625

(*) Refere-se basicamente aos depósitos judiciais relativos ao processo da Contribuição Social, que está provisionado na rubrica de "Outras obrigações - Provisão para contingências".

7. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDOS: O Banco registra os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20, considerando para tanto as perspectivas de resultados tributáveis futuros e em prazos compatíveis com seu planejamento estratégico de crescimento. O incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os ativos e obrigações fiscais diferidas apresentaram a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
I - Ativos fiscais diferidos:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	72.351	62.130
Provisões para contingências	181.796	162.114
MTM - Marcação a mercado derivativos e obrigações por empréstimos	-	17.418
Outras adições temporárias	4.935	4.981
Total dos créditos tributários	259.082	246.643
II - Obrigações fiscais diferidas:		
MTM - Marcação a mercado de derivativos	73.524	-
Total das obrigações fiscais diferidas	73.524	-

No exercício de 2021, foi constituído ativo fiscal diferido no montante de R\$ 65.752 (R\$ 97.177 no mesmo período de 2020), tendo sido realizado R\$ 53.313 (R\$ 88.873 no mesmo período de 2020) sobre diferenças temporárias.

a) **Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos:** A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 259.082 é estimada em 17% no 1º ano, 8% no 2º ano, 4% no 3º ano, 1% no 4º ano e 70% do 6º ao 10º ano. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de 0,7400% ao mês (9,25% ao ano) é de R\$ 141.864. Os créditos tributários a realizar no prazo acima de 5 anos são oriundos substancialmente da realização de provisões para contingência.

b) **Composição e movimentação dos encargos tributários sobre o resultado do período:**

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Devidos sobre operações do período:		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	407.387	334.684
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(192.840)	(150.608)
Adições/exclusões aos encargos de IRPJ e CSLL decorrentes de:		
Juros sobre capital próprio	25.753	-
Resultado de equivalência patrimonial	(845)	-
Efeito da majoração da alíquota de CSLL	3.629	1.453
Doações, incentivos fiscais e adicional de IRPJ	1.351	2.591
Brindes	(102)	(92)
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis*	61.359	(6.201)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(101.695)	(152.857)
Diferenças Temporárias:		
(Despesas)/receitas de tributos diferidos	(61.085)	8.358
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(162.780)	(144.499)

* Contempla (adições) e exclusões temporárias.

8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS: a) **Informações sobre a investida (Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda.):** A empresa Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. teve sua homologação final pelo Banco Central do Brasil em 22 de setembro de 2021, sendo oficialmente constituída em 29 de setembro de 2021 e o capital social integralizado em 20 de outubro de 2021. A previsão para início das atividades de vendas do produto consórcio é no primeiro trimestre de 2022.

	31/12/2021	31/12/2020
Informações sobre a investida:		
Número de cotas	15.000.000	
Participação no capital	100%	
Lucro/ (prejuízo) no exercício	(1.690)	
Patrimônio Líquido	13.310	
Resultado de participação em controlada	(1.690)	
Investimento	13.310	

9. CAPTAÇÕES:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Depósitos:		
Depósitos interfinanceiros	545.782	265.008
Depósitos a prazo	348.743	403.026
Total	894.525	668.034

A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 03 meses	284.422	39.173
De 03 a 12 meses	347.091	350.086
De 01 a 03 anos	263.012	278.775
Total	894.525	668.034

b) **Concentração dos principais depositantes:**

	31/12/2021	31/12/2020
	Valor	Valor
10 maiores depositantes	751.373	564.478
50 seguintes maiores depositantes	143.152	103.556
Total	894.525	668.034

c) **Obrigações por empréstimos:** O Banco possui captações junto a bancos no exterior no valor total de R\$ 2.887.537, equivalente a USD 526.000 (R\$ 2.350.736, equivalente a USD 350.000 e EUR 80.000 em 31/12/2020) com o intuito de obter recursos para fomentar sua atividade de financiamento de veículos, com vencimentos até 8 de julho de 2024, acrescido de variação cambial em moeda estrangeira e taxa de juros de 0,82% a.a. até 3,27% a.a. (0,22% a.a. até 4,22% a.a. em 31/12/2020). A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 03 meses	6.597	629.341
De 03 a 12 meses	988.620	823.322
De 01 a 03 anos	1.892.320	898.073
Total	2.887.537	2.350.736

d) **Letras de crédito imobiliário e financeiras:** Composto por Letras Financeiras públicas e privadas no valor de R\$ 2.524.748 (R\$ 2.297.094 em 31/12/2020), Letras Financeiras Garantidas com lastro em operações de crédito no valor de R\$ 399.586 (R\$ 993.895 em 31/12/2020) e, em 31/12/2020, Letras de Crédito Imobiliário (LCI) no valor de R\$ 4.876 e taxa de juros de 0,74% a 10,80% a.a. (0,58% a 5,86% a.a. em 31/12/2020) para operações prefixadas, CDI mais 0,75% a 1,25% a.a. e indexador de 100% a 121% do CDI (100% a 121% do CDI em 31/12/2020) para pós-fixadas. A composição por vencimento era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 03 meses	450.135	569.908
De 03 a 12 meses	785.401	1.839.692
De 01 a 03 anos	1.688.798	886.265
Total	2.924.334	3.295.865

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

	31/12/2021	31/12/2020
a) Obrigações fiscais correntes:		
Provisão para imposto de renda	24.705	56.271
Provisão para contribuição social	28.203	41.429
Impostos e contribuições a recolher	5.816	5.527
Total	58.724	103.227
Circulante	58.724	103.227

b) **Provisão para Contingências:**

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei	334.594	299.440
Outras Contingências Fiscais	229.581	221.402
Cíveis	7.127	6.745
Trabalhistas	368	347
Total	571.670	527.934
Não circulante	571.670	527.934

c) **Diversas:**

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para pagamentos a efetuar	29.122	23.393
Cretores diversos	29.221	20.376
Total	58.343	43.769
Circulante	56.663	42.503
Não circulante	1.680	1.266

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

a) Os valores abaixo referem-se às transações com empresas controladas e coligadas:

	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Toyota do Brasil Ltda.				
Valores a receber	132	-	-	-
Resultado de exercícios futuros	(11.867)	(28.409)	26.731	54.729
Toyota Motor Credit Corporation				
Despesas antecipadas	-	-	-	(240)
Despesa de serviços	(536)	(1.073)	(960)	(1.624)
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	(7.668)
Toyota Financial Services Corporation				
Despesa de serviços	-	-	(38)	(94)
Reembolso de despesas	(171)	(162)	(592)	(447)
Kinto Brasil Serviços de Mobilidade Ltda.				
Valores a receber	57	-	610	37
Toyota Administradora de Consórcio (Controlada)				
Depósitos a prazo	(12.136)	-	(221)	-
Valores a receber	120	-	221	-
Partes Relacionadas - PF				
Letra de crédito imobiliário e Depósitos a prazo	-	(309)	(14)	(8)

As transações com partes relacionadas foram contratadas às taxas compatíveis com as de mercado, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

b) **Remuneração do pessoal chave da Administração:** A remuneração total do pessoal chave da Administração para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.596 e R\$ 5.713 (R\$ 3.794 e R\$ 7.732 em 2020), respectivamente, a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social do Banco é de R\$ 555.751 (R\$ 506.792 em 31/12/2020) e está dividido em 305.865.952 (293.782.238 em 31/12/2020) ações ordinárias nominativas. A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. A destinação das reservas de lucros em excesso ao valor do capital social será definida na próxima Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 30 de abril de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de dezembro de 2021 foi aprovada (i) a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 12.994, correspondente a parte da conta de reserva de lucros do ano de 2021, e (ii) ao pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 51.506, correspondente a parte da conta de reserva de lucros do ano de 2021. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2021, homologada pelo BACEN em 7 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 54.202 e deliberado o aumento de capital no valor de R\$ 48.959, com emissão de 12.083.714 novas ações ordinárias nominativas, subscritas pelo acionista Toyota Financial Services International Corporation, com expressa anuência da acionista Toyota Motor Insurance Services, Inc., sendo o aumento de capital ora subscrito totalmente integralizado por meio da capitalização de reserva de lucros do Banco. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2020, homologada pelo BACEN em 20 de maio de 2020, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$ 87.024, com emissão de 24.414.578 novas ações ordinárias nominativas, subscritas pelo acionista Toyota Financial Services International Corporation, com expressa anuência da acionista Toyota Motor Insurance Services, Inc., sendo o aumento de capital ora subscrito totalmente integralizado por meio da capitalização de reserva de lucros do Banco.

Lucro por ação: O lucro líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco está apresentado abaixo:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro líquido	124.299	244.607	190.185
Média ponderada do número de ações	305.866	302.845	287.679
Lucro líquido por ação	0,41	0,81	0,66

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) **Outras despesas administrativas:**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Serviços técnicos especializados	20.124	39.698	41.086
Serviços de terceiros	13.780	25.565	23.635
Processamento de dados	24.719	46.101	33.435
Promoções e relações públicas	10.417	20.753	18.034
Cobrança	6.357	11.936	11.051
Outras	5.733	10.949	12.025
Amortizações e depreciações	2.752	5.626	3.961
Aluguéis	2.400	4.544	3.985
Serviços do sistema financeiro	1.474	3.120	3.277
Total	87.756	168.292	150.489

b) **Outras receitas operacionais:**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Recuperações de encargos e despesas	26.382	48.376	43.323
Royalties (uso da marca Toyota)	2.387	4.277	3.669
Atualização de depósitos judiciais	4.187	6.048	5.202
Comissões seguro prestamista	5.605	8.996	6.892
Outras	2.224	3.363	4.873
Total	40.785	71.060	63.959

c) **Outras despesas operacionais:**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Descontos concedidos em renegociações	6.700	16.116	21.342
Atualização de impostos passivos	4.393	6.360	4.098
Contingências passivas	2.977	4.290	3.346
Outras	1.226	1.945	2.236
Total	15.296	28.711	31.022

d) **Resultado não operacional:** O resultado não operacional refere-se, principalmente, à provisão para desvalorização de outros valores e bens (ativos não financeiros mantidos para venda) e a lucros e prejuízos auferidos na alienação de veículos retornados em processo de busca e apreensão ou retomada de posse.

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Ativos contingentes:** No período não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes.

c) **Movimentação da provisão para contingências e obrigações legais:**

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo no início do período	527.934	477.194
Atualização monetária	6.360	4.098
Constituição	38.256	48.662
Reversão	(880)	(2.020)
Saldo no final do período	571.670	527.934

As obrigações legais e passivos contingente classificados como perda provável, incluem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, conforme abaixo:

CONTINUAÇÃO

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES:

a) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05 - O Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira com as partes as quais possuía essa modalidade de acordo. b) Conforme Resolução CMN nº 4.424/15, as instituições financeiras devem observar, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que dispõe sobre o registro contábil e a evidência de benefícios a empregados. Quanto aos benefícios

existentes no Banco, a Administração concluiu que não há caracterização de benefícios de longo prazo ou pós emprego que requeiram mensuração, reconhecimento e divulgação. c) Covid-19: Desde março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia em relação ao Coronavírus (Covid-19). O Banco adotou medidas para priorizar a saúde e bem-estar dos colaboradores, com a implantação do trabalho remoto e híbrido em alguns momentos. Além disso, visando minimizar possíveis impactos para os clientes e, consequentemente, para a sua operação, manteve-se em plena capacidade operacional para desempenhar as funções administrativas e comerciais, com agilidade e flexibilidade através dos canais de vendas e atendimento.

DIRETORIA				CONTADORA
Luciano Savoldi Diretor-Presidente (responsável pela Contabilidade)	Jun Zaitzu Diretor - Vice Presidente Executivo	José Roberto Gaburro Diretor	Rafael Chang Miyasaki Diretor	Marianthe Gabriades Contadora - CRC nº 1SP185296/O-0

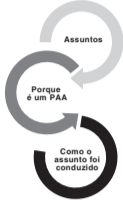
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Banco Toyota do Brasil S.A.**

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Toyota do Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Toyota do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria em 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Instituição não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2(II)(e) e 5) A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da administração. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99. Dessa forma, essa área foi foco em nossa auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos procedimentos realizados pela administração relacionadas à: (i) concessão de crédito, (ii) operações renegociadas, (iii) atribuição de nível de risco; e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações; (ii) recálculo da provisão com base na classificação de risco e no atraso das operações; e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Adicionalmente, também realizamos testes em relação aos requisitos para atendimento da Resolução CMN nº 2.682/99, bem como analisamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas. Consideramos os critérios e premissas adotados pela administração, para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, razoáveis e consistentes com as normas vigentes e políticas internas, em todos os aspectos relevantes em relação às informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Por um futuro **MAIS VERDE**



O Banco Toyota do Brasil emitiu ao mercado Letras Financeiras verdes, na primeira operação do tipo entre bancos de montadora que atuam no Brasil. Exclusivas para o financiamento de veículos híbridos, o objetivo é colaborar para a redução da emissão de CO2 no meio ambiente.

Além disso, parte da receita dos modelos financiados é destinada para apoiar o projeto Águas da Mantiqueira, em parceria com a Fundação Toyota do Brasil.



Acesse www.bancotoyota.com.br e conheça nossas ações e objetivos de desenvolvimento sustentável.

BANCO TOYOTA
Mais do que um banco, um Toyota



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>